



ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU

CONTRATO Nº 04/2014

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTIVEL, CELEBRADO ENTRE A **CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU**, CONTRATANTE E A EMPRESA **POSTO SÃO CAETANO LTDA**, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU, ESTADO DE SERGIPE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com endereço à Praça Marechal Deodoro, S/N5 - Centro - CEP 49.830-000, CNPJ nº. 01.751.728/0001 - 18, doravante denominada simplesmente **CÂMARA**, aqui representada pelo Senhor **JOSÉ NILTON GOMES DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, maior, portador da Cédula de Identidade nº. RG Nº 788.930 SSP/SE, expedida pela SSP/SE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 450.307.585 - 34, residente e domiciliado a Praça da Igreja, s/n, Pov. Palestina, Gararu/SE, do outro lado a Empresa **POSTO SÃO CAETANO LTDA**, localizada à Rua Manoel Ferreira Neto, nº 34, Bairro Centro, Nossa Senhora de Lourdes/SE, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.814.603/0001 - 76, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. Eduardo Silva, têm justo e acordado entre si o presente Contrato de fornecimento de combustível, de acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, e subsidiariamente, pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante cláusulas e condições seguintes:

**I – DO LOCAL E DATA:** Lavrado e assinado na sede da **Câmara Municipal de GARARU/SE**, aos 06 dias do mês de janeiro do ano de 2014.

**II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 02/2013 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº. 10.520/02, e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelos preceitos de direito público.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E PRAZO CONTRATUAL**

Constitui-se objeto deste Pregão a Aquisição de combustível, aspecto físico límpido e isento de impurezas, para atender as necessidades da frota de veículos locados da Câmara Municipal de Gararu, com fornecimento parcelado, para o exercício de 2014, conforme detalhamento minucioso descritos no Anexo I (Termo de Referência) deste edital.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O prazo de vigência contratual dar-se-á da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

**2.1** – O fornecimento será feito fracionadamente de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE** nas quantidades desejadas, ao longo de todo o exercício de 2014 e até o término da vigência contratual.

**2.2** – O abastecimento somente deverá ser efetuado mediante a apresentação por parte do motorista da Autorização de Fornecimento do Combustível, emitida e devidamente assinada pelo Setor Competente da **CONTRATANTE**, contendo o quantitativo de litros abastecidos, data, quilometragem, a placa do veículo e o valor unitário e total. O frentista preencherá o documento na presença do motorista, sendo assinado por ambos.

**2.3** – A **CONTRATADA** deverá ter em seus estoques volumes suficientes para atender às demandas que se fizerem necessárias da **CONTRATANTE**.

**2.4** – A **CONTRATADA** deverá cobrar o preço estipulado na bomba, na ocasião e no momento do abastecimento, caso este valor seja menor que o preço contratado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**3.1** – Pelo fornecimento do objeto discriminado na Cláusula Primeira, obedecido ao disposto na Cláusula Segunda, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, o valor total de R\$ 16.014,00 (dezesseis mil e quatorze reais), durante a vigência deste Contrato, de acordo com os fornecimentos realizados e os preços constantes da tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QTD	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
<b>CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU</b>					
01	Gasolina Comum isenta de impurezas	LI	5,100	3,14	16.014,00



ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU

VALOR TOTAL R\$...	16.014,00
--------------------	-----------

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – A nota fiscal deverá ser emitida em nome da unidade pagadora: CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU, inscrita no CNPJ sob nº. 01.751.728/0001 – 18 com endereço na PRAÇA MARECHAL DEODORO, S/N – CENTRO, GARARU/SE.

4.2 – O pagamento dar-se-á até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos documentos de regularidade fiscal, atestada pelo servidor designado para fiscalizar a execução do Contrato, conforme quantitativos solicitados no período.

4.3 – O Pagamento será realizado, mediante comprovação da regularidade fiscal obrigatória (Receita Federal, Dívida Ativa da União, FGTS e INSS, Fazenda Estadual, Municipal e Certidão Trabalhista), devidamente atualizada. A Câmara não responde por qualquer encargo resultante de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

4.4 – A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

4.5 - Qualquer atraso ou incorreção ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou nos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, o pagamento será suspenso até que sejam sanadas as pendências, sem ônus para a CONTRATANTE.

4.6 - O pagamento será efetuado mediante crédito direto em conta corrente em nome da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

5.1 - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada quaisquer das hipóteses do artigo 65, inciso II, alínea “d”, e §5º da Lei Federal nº 8.666/93.

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

**PARAGRAFO SEGUNDO** – No caso de prorrogação de vigência do contrato, os preços poderão ser reajustados tendo como base de referência o IGP-M (Índice Geral de Preço de Mercado), contando-se o prazo a partir do mês anterior da assinatura do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos, classificados conforme abaixo:

01 – Câmara Municipal de Gararu

2001 – Manutenção da Câmara Municipal

Elemento de Despesas: 3390.30.01 – Material de Consumo (Combustíveis e lubrificantes)

Fonte de Recurso: 0193.000.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Constituem deveres da CONTRATADA:

a) Efetuar o fornecimento do combustível dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Edital, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinente;

b) Cumprir fielmente o presente Contrato, de forma que os produtos contratados sejam fornecidos com perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;

c) Fornecer combustível especial no caso da falta de combustível comum, sem nenhum acréscimo no preço contratado;

d) Cobrar o preço de bomba no dia do abastecimento, caso seja menor que o preço contratado.

e) Emitir Nota Fiscal referente aos produtos durante o mês de referência, para fins de atestação e liquidação pela CONTRATANTE.

f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;

h) Executar o objeto deste instrumento contratual de acordo com as condições e prazos determinados pela CONTRATANTE, correndo por sua conta todas as despesas com tributos, impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fiscais e comerciais, mão-de-obra, frete e quaisquer outras que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do Contrato;



ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU

- i) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- j) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o Art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93;
- k) Proceder ao fornecimento dos combustíveis, de acordo com sua proposta e, com as normas e condições previstas no Edital de **Pregão Presencial nº 02/2013** e anexos, inclusive com as prescrições do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo civil e criminalmente, pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.
- l) O fornecimento deverão ser feito a CONTRATADA 24 horas, 07 (sete) dias por semana sendo que na falta por algum motivo dos serviços a empresa terá que avisar a Câmara Municipal de Gararu e terá um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para normalizar o fornecimento;
- m) Manter todas as condições que ensejaram a sua habilitação e qualificação no certame licitatório;
- n) Prestar o fornecimento objeto deste contrato, independente de quaisquer contratamentos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes;
- o) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento da contratante;
- p) A Câmara Municipal de Gararu, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- q) Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**8.1 - Constituem deveres da CONTRATANTE:**

- a) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos produtos, por meio de servidor especialmente designado pelo Setor Competente, nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93, sob os aspectos quantitativos e qualitativos;
- b) Efetuar o pagamento dos produtos fornecidos pela CONTRATADA de acordo com prazo estipulado neste contrato, mediante a apresentação das respectivas notas fiscais com o devido "atesto" ao fornecimento;
- c) Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- d) Suspender a tramitação da liquidação da Nota Fiscal/Fatura quando não houver atendimento às solicitações de correções de irregularidades no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do chamado.
- e) Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais, quando for o caso.
- f) Conduzir os veículos ao Posto da CONTRATADA, para abastecimento.

**CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

**9.1.** A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta ou lance ofertado, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública seja no âmbito federal, estadual e municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou à pena.

**9.2.** A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Estado de Sergipe e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

**9.3.** No caso de inadimplemento, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

- 9.3.1.** Advertência;
- 9.3.2.** Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;
- 9.3.3.** Multa, moratória simples, de 0,4% (quatro décimos por cento), na hipótese de atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, calculada sobre o valor da fatura;
- 9.3.4.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e
- 9.3.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 9.3.6.** A aplicação da sanção prevista no item 9.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 9.3.2, 9.3.3 e 9.3.4, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas facultadas a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.



ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU

- 9.4. As sanções previstas nos itens 9.3.1, 9.3.4 e 9.3.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 9.3.2 e 9.3.3, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 9.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 9.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Pregoeira e sua Equipe de Apoio na sala de licitação, para as providências cabíveis.
- 9.6. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.
- 9.7. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Câmara Municipal de GARARU/SE.
- 9.8. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, as demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, inclusive durante todo o prazo de validade dos produtos fornecidos.
- 9.9. Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à CONTRATADA as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Estado, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

10.1 O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Câmara, ou por acordo, na forma da Lei 8.666/93, sendo que as alterações serão processadas através de Termo Aditivo, com as devidas justificativas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

11.1 Constituem motivos para a rescisão do contrato:

11.2 O não-cumprimento de cláusulas contratuais, ou prazos;

11.3 Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, ou prazos;

11.4 O atraso injustificado da entrega do objeto contratual, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

11.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

11.5 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

11.6 A dissolução da sociedade;

11.7 A alteração social ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do contrato;

11.8 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a qual está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o presente contrato;

11.9 A supressão, por parte da Administração, do objeto contratual, acarretando modificações do valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro, do artigo 65, da Lei nº. 8.666/93;

11.10 Suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;

11.11 Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

11.12 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, da Lei nº. 8.666/93;

**DÉCIMA SEGUNDA - FORMALIZAÇÃO DA RESCISÃO**

12.1 Quanto à sua forma, a rescisão poderá ser:

12.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

12.1.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

12.1.3 Judicial, nos termos da legislação.

**PARAGRAFO ÚNICO – RESCISÃO ADMINISTRATIVA OU AMIGÁVEL** - Nos casos de rescisão administrativa ou amigável de que tratam os incisos I e II, do parágrafo anterior, a rescisão será precedida de autorização escrita e fundamentada da CAMARA MUNICIPAL DE GARARU.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES**

13.1 - Ressalvadas as hipóteses do caso fortuito ou força maior mencionada no art. 393 do Código Civil, a CONTRATADA responderá pela cobertura integral de quaisquer prejuízos sofridos diretamente pela CONTRATANTE ou causados a terceiros, por ato ou fato, comissivo ou omissivo, da CONTRATADA ou de seus prepostos.



ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU

13.2 - Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos na cláusula anterior, a CONTRATANTE poderá abatê-los das faturas relativas ao fornecimento realizado pela CONTRATADA, ou, se inviável a compensação, promover a execução judicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1 - Os serviços deverão ser prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos com observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação vigentes.

14.2 - A CONTRATADA não terá direito a qualquer indenização, se ocorrer, provisória ou definitivamente, a suspensão da execução deste Contrato, por culpa sua, assegurando-lhe, porém, no caso da rescisão por motivos alheios a sua vontade e sem infração de quaisquer cláusulas e condições contratuais, o pagamento de forma proporcional ao fornecimento efetivamente executado.

14.3 - As partes contratantes obrigam-se a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores.


14.4 - Para os efeitos de direito valem para este Contrato a Lei nº 8.666/93 e, alterações posteriores, e demais normas legais que lhe sejam aplicáveis, a proposta de preços apresentada, aplicando-se, ainda, para os casos omissos, os princípios gerais de Direito.

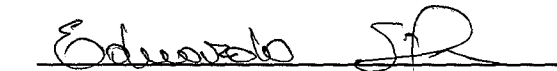
**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 Para qualquer ação decorrente deste contrato, fica eleito o foro distrital de Gararu, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em três vias de igual teor e forma, pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas.

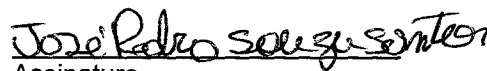
Gararu(SE) 06 de janeiro de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ NILTON GOMES DOS SANTOS  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
CONTRATANTE

  
\_\_\_\_\_  
Eduardo Silva  
POSTO SÃO CAETANO LTDA - EPP  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

  
\_\_\_\_\_  
Virriame Santos Lisboa  
Assinatura

  
\_\_\_\_\_  
José Pedro Souza Santos  
Assinatura

CPF n.º 029.447.065-43

CPF n.º 048.544.535-24



ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO**  
**CONTRATO Nº. 04/2014**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013**


A **CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU/SE**, doravante denominada **CONTRATANTE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº 01.751.728/0001 – 18, com sede a Praça Marechal Deodoro, s/n – Centro, Gararu/SE, neste ato representado pelo seu titular, o presidente da Câmara Municipal, **SR. JOSÉ NILTON GOMES DOS SANTOS**, torna público que firmou **CONTRATO** com a empresa **POSTO SÃO CAETANO LTDA**, empresa sediada na Rua Manoel Ferreira Neto, nº 34 – Centro, Nossa Senhora de Lourdes/SE, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.814.603/0001 – 76, e tem como objetivo a Aquisição de combustível, aspecto físico límpido e isento de impurezas, para atender as necessidades da frota de veículos locados da Câmara Municipal de Gararu, com fornecimento parcelado, para o exercício de 2014, conforme detalhamento minucioso descritos no Anexo I (Termo de Referência) do edital, importando o valor total em **R\$ 16.014,00 (dezesesseis mil e quatorze reais)** no período estimado até 31 de dezembro de 2014, sendo pago com a seguinte dotação orçamentária: I – Câmara Municipal de Gararu, 2001 – Manutenção da Câmara, Elemento de Despesa: 3390.30.00.00 – Material de Consumo (Combustíveis e lubrificantes), Fonte de Recurso: 0193.000, conforme Parecer Jurídico nº 20/2013. O presente Edital deverá ser afixado no local costumeiro, para conhecimento dos interessados, conforme estabelecido no Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual.

Gararu/SE, 06 de Janeiro de 2014.

  
**JOSÉ NILTON GOMES DOS SANTOS**  
Presidente da Câmara Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o EDITAL acima foi afixado no quadro de avisos da Câmara Municipal, para conhecimento dos interessados.  
Gararu/SE, 06 de Janeiro de 2014.

  
**JOSÉ PEDRO SOUZA SANTOS**  
Presidente da CPL